

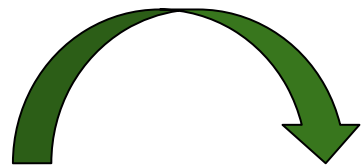


CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

**Secretaria Executiva
da Proteção Social**
Coordenadoria da
Proteção Social Especial



SUAS



Proteção Social
Básica

Proteção Social
Especial

PSE

Média
Complexidade

Alta
Complexidade

**CREA
S**

**Centro
POP**

**Centro
DIA**

**Serviço de
Acolhimento**



PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL



Missão:

Assessoramento técnico, cofinanciamento, monitoramento, capacitação e acompanhamento aos municípios na execução dos Serviços, Programas e Projetos, no âmbito da Proteção Social Especial.



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

PLANO DE REGIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DO ESTADO DO CEARÁ





Regionalização: Conceito e Objetivo

A Regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social- SUAS é uma estratégia que visa garantir:

- A universalização do acesso da população aos serviços socioassistenciais e, por consequência, aos direitos e seguranças afiançadas pelo Sistema;
- A integralidade da proteção socioassistencial aos cidadãos de todo país, aliada à territorialização da Proteção Social Básica;
- A Regionalização dos Serviços da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade é estratégia para garantir a universalização do acesso da população aos Serviços Especializados do SUAS.



Regionalização: Princípios

- ❖ **Integralidade da proteção social:** atender as necessidades dos usuários com oferta e atenção em todos os níveis de proteção do SUAS;
- ❖ **Convivência familiar e comunitária:** possibilitar a preservação e/ou restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- ❖ **Equidade:** diminuição das desigualdades regionais e territoriais, considerando as diversidades do território nacional;
- ❖ **Igualdade de direitos:** acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas, rurais e povos e comunidades tradicionais.



Plano de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite – CIB por meio da resolução nº 022/2014 e deliberado no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, respectivamente pelas resoluções 029 e 318 do ano de 2014.



Critérios Regionalização:

Proteção Social Especial de Média Complexidade

O desenho da Regionalização para oferta de serviços, tem como referência os seguintes critérios:

- ❖ Composta por 02 (dois) a 06 (seis) municípios vinculados;
- ❖ O somatório populacional não ultrapasse a 80 mil habitantes;
- ❖ Municípios que apresentarem demanda de atendimento aos serviços do CREAS inferior a 50 casos;
- ❖ Municípios com população inferior a 20 mil habitantes (Pequeno Porte I);
- ❖ Os municípios deverão estar distantes até 100 km do município-sede do CREAS, desde que não ultrapasse a 02 (duas) horas de deslocamento para o município-sede.



Critérios Regionalização:

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

O desenho da regionalização para oferta de serviços, tem como referência os seguintes critérios:

- ❖ Composta por 02 (dois) a 08 (oito) municípios vinculados;
- ❖ O somatório populacional não ultrapasse a 160 mil habitantes;
- ❖ O deslocamento dos municípios vinculados e sede não ultrapasse 02 (duas) horas de deslocamento;
- ❖ Com população até 50 mil habitantes (Pequeno I e II);
- ❖ Sem cofinanciamento federal para a oferta dos Serviços de Acolhimento para crianças, Adolescentes e Jovens;
- ❖ Que não estejam com Serviço implantado ou em processo de implantação;
- ❖ Com demandas de acolhimento inferior 10 crianças e adolescentes.



OFERTA REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL



MÉDIA COMPLEXIDADE

Centros de Referência da Assistência Social - CREAS Regionais (Implantados) 17 municípios

- **CREAS Regional I - Cariri (Sede em Barbalha)**
Municípios vinculados: Potengi, Nova Olinda, Santana do Cariri, Jati, Porteiras e Granjeiro;
- **CREAS Regional II - (Sede em Fortaleza)**
Municípios vinculados: Acarape, Barreira, Chorozinho, Guaramiranga e Pindoretama;
- **CREAS Regional III - Vale do Jaguaribe
(Sede em Iracema)**
Municípios vinculados: Iracema, Ereré, Potiretama, São João do Jaguaribe, Quixeré e Palhano

Centros de Referência da Assistência Social - CREAS Regionais (a Construir) - 25 municípios

- **CREAS Regional - (Sede em Umirim)**
Municípios vinculados: Umirim, Miraima, Tejuçuoca, Tururu e São Luís do Curu;
- **CREAS Regional - (Sede em Pacujá)**
Municípios vinculados: Pacujá, Varjota, Graça, Mucambo, Pires Ferreira;
- **CREAS Regional (Sede em Saboeiro)**
Municípios vinculados: Saboeiro, Cariús, Catarina, Aiuaba, Arneiroz;
- **CREAS Regional (Sede em Milhã)**
Municípios vinculados: Milhã, Jaguaretama, Jaguaribara, Dep.Irapuan Pinheiro, Piquet. Carneiro;
- **CREAS Regional (Sede em Potengi)**
Municípios vinculados: Potengi, Altaneira, Antonina do Norte, Salitre, Tarrafas

ALTA COMPLEXIDADE

Unidade de Acolhimentos Regionalizados - (Implantados) - 45 municípios

- ❖ **Itaitinga (Sede):** Capistrano, Pindoretama, Chorozinho, Itapiúna, Guaiúba, Pentecoste;
- ❖ **Ararendá - (Sede):** Ipueiras, Ipaporanga, Tamboril, Santa Quitéria, Hidrolândia;
- ❖ **Jaguaruana - (Sede):** Itaçaba, São João do Jaguaribe, Icapuí, Quixeré, Fortim, Tabuleiro do Norte;
- ❖ **Caririaçu - (Sede):** Farias Brito, Jardim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Várzea Alegre;
- ❖ **Baturité - (Sede)** Aracoiaba, Guaramiranga, Acarape, Aratuba, Palmácia, Redenção, Mulungu;
- ❖ **São Luís do Curu - (Sede):** Tejuçuoca, Irauçuba, Apuiarés, Caridade, Umirim, Uruburetama;
- ❖ **Morrinhos - (Sede):** Bela Cruz, Marco, Santana do Acaraú

Serviços de Acolhimento Regionalizados (a Implantar) - 16 municípios

- ❖ **Mucambo - (Sede):** Meruoca, Reriutaba, Groaíras, Pires Ferreira, Frecheirinha, Varjota, Pacujá
- ❖ **Família Acolhedora - (Sede: Araripe):** Aiuaba, Assaré, Tarrafas
- ❖ **Família Acolhedora - (Sede: Barroquinha):** Cruz, Chaval, Uruoca

ALTA COMPLEXIDADE



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

Unidade de Acolhimentos para atendimento a outros segmentos - (Implantados)

**Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência
Doméstica - (Sede em Fortaleza)**

**Residências Inclusivas
(06 unidades) - (Sede em Fortaleza)**

**Unidade de Longa Permanência para Idoso
(02 unidades) - (Sede em Fortaleza e Brejo Santo)**

Central Acolhimento - SPS



Contatos: (85) 985228830
central.acolhimento@sps.ce.gov.br



**Apenas para acolhimentos
oriundos de municípios de
Pequeno Porte I e II que
não possuam acolhimento.**

MUNICÍPIOS ELEGÍVEIS A OFERTAS REGIONALIZADAS

Serviços de Média Complexidade

- | | |
|----------------|---------------------|
| 1. Poranga | 19. Frecheirinha |
| 2. Ipaporanga | 20. Alcântaras |
| 3. Madalena | 21. Martinópolis |
| 4. Hidrolândia | 22. Pereiro |
| 5. Barroquinha | 23. Senador Sá |
| 6. Paramoti | 24. Aratuba |
| 7. Groaíras | 25. Itaiçaba |
| 8. Croatá | 26. Uruoca |
| 9. Mulungu | 27. Baixio |
| 10. Cariré | 28. Pacoti |
| 11. Palmácia | 29. Ibicuitinga |
| 12. Ararendá | 30. Chaval |
| 13. Ipaumirim | 31. Ibaretama |
| 14. Meruoca | 32. Moraújo |
| 15. Fortim | 33. Choró |
| 16. Reriutaba | 34. General Sampaio |
| 17. Itapiúna | 35. Catunda |
| 18. Quixelô | |

MUNICÍPIOS ELEGÍVEIS A OFERTAS REGIONALIZADAS

Serviços de Alta Complexidade

- | | | | | |
|----------------------|-----------------------|---------------------------|----------------------|--------------------|
| 1. Paramoti | 17. Poranga | 33. Aurora | 49. Jati | 65. Potiretama |
| 2. Ipaumirim | 18. Itatira | 34. Baixio | 50. Martinópole | 66. Saboeiro |
| 3. Ereré | 19. Jaguaribe | 35. Banabuiú | 51. Massapê | 67. Senador Pompeu |
| 4. Paraipaba | 20. Madalena | 36. Barreira | 52. Milhã | 68. Senador Sá |
| 5. Forquilha | 21. Mombaça | 37. Barro | 53. Miraíma | 69. Ubajara |
| 6. Amontada | 22. Pedra Branca | 38. Cariús | 54. Monsenhor Tabosa | 70. Umari |
| 7. Catunda | 23. Quiterianópolis | 39. Catarina | 55. Novo Oriente | |
| 8. Coreaú | 24. Quixelô | 40. Choró | 56. Ocara | |
| 9. Granjeiro | 25. Santana do Cariri | 41. Croatá | 57. Pacoti | |
| 10. Independência | 26. Solonópole | 42. Dep. Irapuan Pinheiro | 58. Palhano | |
| 11. Cariré | 27. Tururu | 43. General Sampaio | 59. Paracuru | |
| 12. Cedro | 28. Abaiara | 44. Graça | 60. Parambu | |
| 13. Itapajé | 29. Altaneira | 45. Ibicuitinga | 61. Penaforte | |
| 14. Moraújo | 30. Alto Santo | 46. Iracema | 62. Pereiro | |
| 15. Nova Olinda | 31. Ant. do Norte | 47. Jaguaretama | 63. Porteiras | |
| 16. Piquet. Carneiro | 32. Arneiroz | 48. Jaguaribara | 64. Potengi | |



As interfaces da Média e da Alta Complexidade na superação das violências

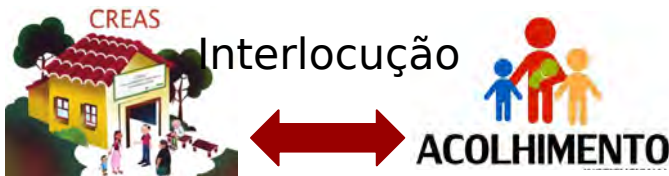


**FOCO NA
FAMÍLIA**



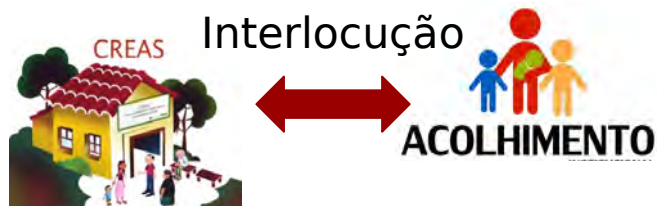
**FOCO NO
ACOLHIDO**

Objetivo

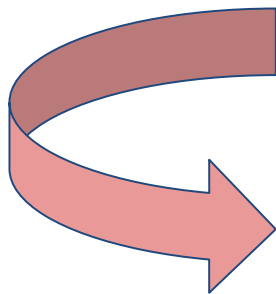


- Superar a situação de violação de direitos vivenciada pela família;
- (Re) Inserção familiar e comunitária.

Quando começa?

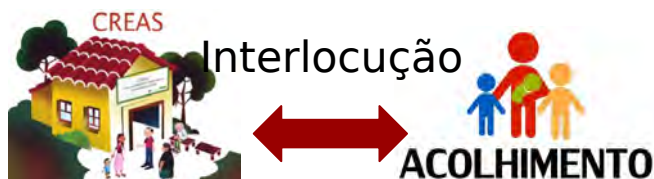


Inicia com a chegada do(a) usuário(a) no Serviço de Acolhimento.



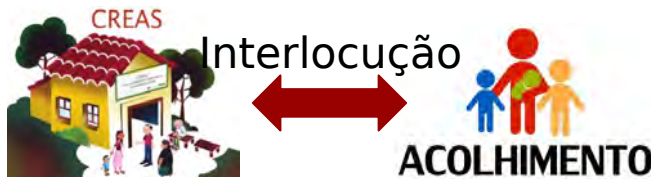
Da mesma forma que o CREAS é comunicado sobre o cumprimento da MSE, igualmente deverá ser informado sobre a situação de acolhimento..

Como se dá essa interlocução?



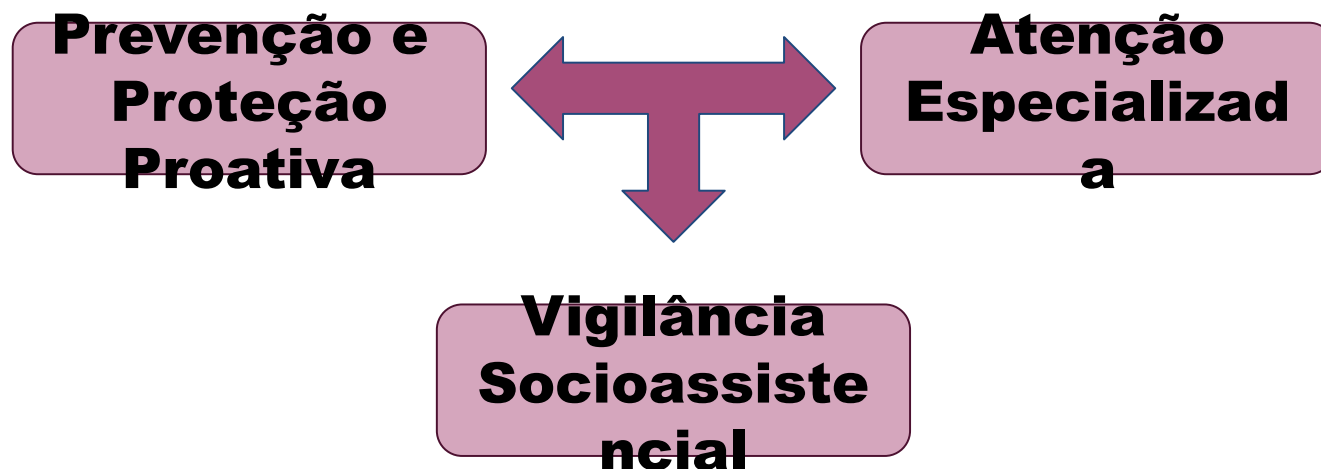
- Se a família já estiver **EM ACOMPANHAMENTO no CREAS**, o Serviço de Acolhimento poderá ser acionado pela Unidade de Serviço;
 - Nos casos em que o CREAS não tem conhecimento da situação, os Órgãos competentes deverão solicitar o acompanhamento familiar e, em seguida, a equipe inicia a interlocução com o Serviço de Acolhimento.
-
- A equipe do Serviço de Acolhimento **deverá realizar o diagnóstico social da família e** posterior articulação com a rede de atendimento, inclusive com o CREAS.

Quando encerra?



- Após a superação da violação de direitos, com retorno familiar e comunitário;
- Em Destituição do Poder Familiar (DPF), nos casos de crianças e adolescentes.

CRAS e CREAS



ACOLHIMENTO



Referência e contrarreferência



PAIF e PAEFI têm funções distintas, devendo sempre dialogar na perspectiva do fortalecimento de vínculos e da superação dos ciclos de violações de direitos.

Principais dúvidas



- Não é papel do **CREAS** realizar a retirada da **criança/adolescente** para efetivar acolhimento.
- A promoção do trabalho de manutenção e fortalecimento de vínculos é também de responsabilidade do CREAS Municipal.
- A participação da rede socioassistencial, do Conselho Tutelar e das demais setoriais do município de origem do acolhido na elaboração do PIA, é imprescindível.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E SUAS INTERFACES COM SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS



SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

O Sistema de Garantia de Direitos constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil.



SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL



O SISTEMA DE JUSTIÇA



- ❖ Poder Judiciário – Juiz
- ❖ Ministério Público – Promotor Público
- ❖ Defensoria Pública – Defensor Público
- ❖ Procuradoria – Procurador

PODER JUDICIÁRIO



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO

O Juiz de direito é um magistrado que julga casos e processos na primeira instância do judiciário. Sua principal função é aplicar a lei e administrar a justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO



É uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Fiscaliza o cumprimento das leis e ajuíza medidas para a responsabilização civil e criminal.

DEFENSORIA PÚBLICA



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados e agrupamentos sociais em condição de vulnerabilidade.

PROCURADORIA

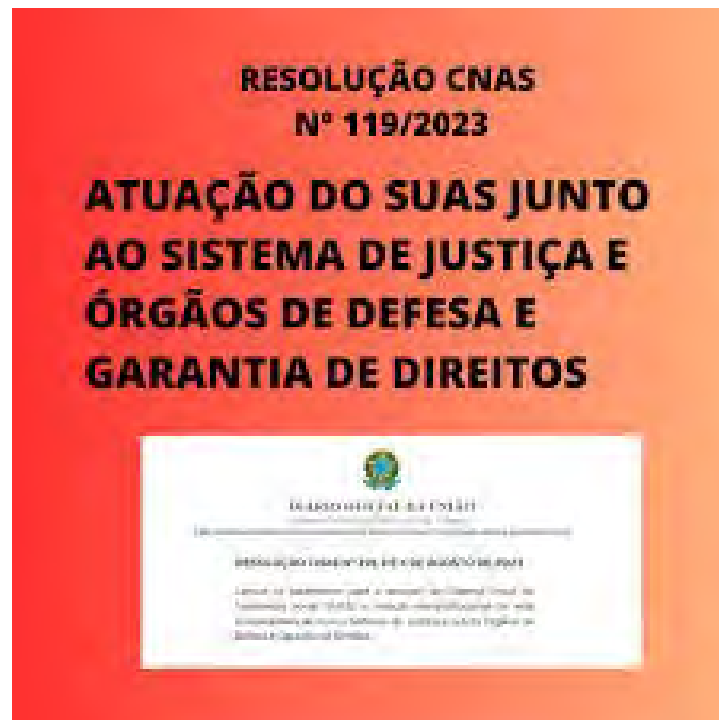


O Procurador é o advogado que representa judicial e extrajudicialmente o ente federado ao qual está vinculado.



A Proteção Social Especial e suas interfaces com o Sistema de Garantia de Direitos - SGD

Art. 1º Reconhecer e afirmar o escopo e a natureza do trabalho social desenvolvido no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) pela (o) s trabalhadora (e) s das equipes de referência da rede socioassistencial, de modo a **subsidiar o diálogo na relação interinstitucional com órgãos do Sistema de Justiça e Órgãos de Defesa e Garantia de Direitos**, tais como Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.



CAPÍTULO II

DA ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA

Art. 11. A atuação das(os) trabalhadoras(es) do SUAS deve pautar-se sempre pela observância das normativas do SUAS e dos objetivos da **Política Nacional de Assistência Social** no acompanhamento da execução das medidas socioeducativas em meio aberto e das medidas de proteção aplicadas pelas autoridades competentes do Sistema de Justiça e do Sistema de Defesa e Garantia de Direitos, previstas em legislações específicas de proteção à (aos) usuárias (os) atendidos pelos serviços socioassistenciais.



CAPÍTULO II

DA ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA

Art. 13. As equipes de referência do SUAS **devem ter autonomia na escolha do processo de trabalho social** a ser desenvolvido com as famílias e indivíduos, **dos instrumentos técnico-operativos de intervenção e produção de documentos** adequados à situação concreta a serem utilizados **em resposta às solicitações e requisições do Sistema de Justiça e de Defesa e Garantia de Direitos.**

CAPÍTULO II

DA ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA

Art. 15. O processo de construção de vínculos entre as (os) usuárias (os) e as equipes de referência dos serviços **requer confiança, sigilo e adoção de condutas que não exponham ou fragilizem as famílias e indivíduos** diante das vulnerabilidades enfrentadas.

CAPÍTULO II

DA ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA

Art. 17. As demandas expedidas pelo Sistema de Justiça e Sistema de Defesa e Garantia de Direitos devem ser recebidas pelo órgão gestor da política de assistência social, de forma a preservar as equipes de referência dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de práticas vexatórias e condutas abusivas, que possam trazer prejuízos ao desenvolvimento do trabalho

CAPÍTULO II

DA ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA

Art. 18. As respostas aos expedientes recebidos do Sistema de Justiça e outros Órgãos de Defesa e de Garantia de Direitos devem observar:

I - o caráter protetivo do SUAS, que pode ser fragilizado ou inviabilizado quando os relatórios dos profissionais das equipes de referência das unidades da Assistência Social, que se constituem em instrumentos técnico-operativos fundamentais em sua prática cotidiana, sejam confundidos com documentos de caráter investigativo e fiscalizador

II - o caráter privado e sigiloso de algumas informações e as condições e prerrogativas éticas e técnicas das (os) profissionais que elaboram o relatório e compõem a equipe de referência das unidades.

CAPÍTULO II

DA ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA

Art. 19. As equipes de referência dos serviços socioassistenciais **devem elaborar relatórios informativos que tenham por objetivo abordar as ações desenvolvidas no trabalho social com famílias e indivíduos, demonstrando que as famílias e indivíduos inseridos em serviços, programas e projetos estão em construção de seu desenvolvimento e empoderamento, que ocorre de forma processual e, por vezes, não linear, sendo que tais relatórios deverão conter:**



I - **informações gerais** sobre o contexto e a situação vivenciada pela família;

II - **informação sobre o acompanhamento familiar;**

II - quais **serviços continuados** o indivíduo e sua família estão inseridos, quais **atendimentos** individuais, familiares e em grupo foram realizados, quantas e quais **orientações jurídico-sociais** foram realizadas com **vistas ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiar e com o contexto social;**



IV - elementos sobre o Plano de Acompanhamento Familiar e/ou Plano Individual de Atendimento construído em conjunto com a família/indivíduo, evidenciando com clareza as estratégias que estão sendo adotadas no decorrer do acompanhamento, bem como o compromisso de cada parte;

V – informações sobre a inclusão da família no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e **outras ações de vigilância socioassistencial;**

VI – informações sobre se a família ou indivíduo recebe benefício socioassistencial ou transferência de renda.

CAPÍTULO II

DA ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA

Art. 21. Cumpre destacar que, diante das responsabilidades das (os) profissionais do SUAS, há instrumentos e procedimentos que não são de responsabilidade do sistema, na medida em que se caracterizam como processos de responsabilização ou investigativos, tais como:



I - realização de **perícia**;

II - **inquirição** de vítimas e acusados;

III - **oitiva** para fins judiciais;

IV - **produção de provas** de acusação;



V - guarda ou tutela de crianças e adolescentes de forma impositiva aos profissionais do serviço de acolhimento ou ao órgão gestor da assistência social, salvo nas previsões estabelecidas em lei;

VI - curatela de idosos, de pessoas com deficiência ou com transtorno psíquico de forma impositiva aos profissionais de serviços de acolhimento ou ao órgão gestor da assistência social, salvo nas previsões estabelecidas em lei;

VII - adoção de crianças e adolescentes, ou acompanhamento do processo de habilitação;



VIII - **averiguação de denúncia** de maus-tratos contra crianças e adolescentes, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, de violência doméstica contra a mulher;

IX - **atuar como testemunha** em processos criminais em razão das informações de que teve conhecimento no exercício da sua função;

X - **prestar informações de caráter sigiloso**, contempladas na **12.527, de 2011**(Lei de Acesso à Informação – LAI);



XI - realizar escuta de crianças e adolescentes em situação de violência, relacionada ao Depoimento Especial, ou seja, com objetivo de averiguação ou confirmação dos fatos e produção de provas para o processo de investigação e de responsabilização;

XII - acompanhar oficiais de justiça no exercício de cumprimento de ordem judicial, a exemplo de busca e apreensão de crianças e adolescentes, e reintegração de posse, e outras que resultem na fragilização do vínculo com as famílias e indivíduos.



Art. 22. Dessa forma, considera-se que **as requisições às(aos) trabalhadoras(es) do SUAS** para o desempenho das atividades que **são inerentes a outros órgãos e políticas**, comprometem seriamente o trabalho social desenvolvido com famílias e indivíduos, **ocasionando uma série de prejuízos**, tais como:

I - **quebra de confiança e/ou rompimento de vínculos entre usuários e profissionais** que prestam os serviços e benefícios na rede socioassistencial em virtude de utilizar-se da relação de confiança para fundamentar documento gerador de prova contra a(o) usuária(o) perante o Poder Judiciário;

II – desvio de função das(os) profissionais que compõem as equipes de referência do SUAS para o desempenho de tarefas para as quais não foram contratados e não estão preparados e/ou em desacordo com a regulamentação das profissões que compõem as equipes técnicas;

III - fragilização ético-político-profissional e destituição do caráter protetivo inerente ao SUAS;

CAPÍTULO III

DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

Art. 25. Para garantir proteção integral, faz-se necessário que os órgãos gestores **promovam a intersectorialidade e a articulação** da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais, e a relação interinstitucional com os órgãos do Sistema de Justiça e de Defesa e Garantia de Direitos, possibilitando a complementariedade das ações.

§1º Os órgãos gestores deverão **definir estratégias de cooperação técnica e protocolos integrados** junto às demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Justiça e de Defesa e Garantia de Direitos, **estabelecendo fluxos de atendimento e encaminhamentos, prazos e formas de comunicação** no âmbito da relação com os serviços socioassistenciais, **evitando ações personificadas, frágeis e não duradouras.**

Ampliando as discussões...

Não são atribuições do advogado no SUAS



- Exercer o papel de profissionais de outros órgãos como, de Delegacias, Sistema Prisional, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, dentre outros. Ao identificar uma demanda que não seja de sua atribuição, faça o encaminhamento para o órgão responsável;
- Investigar sobre a responsabilização dos violadores de direitos. Além de não fazer parte de sua função, essa atitude impede que seja construída uma relação de confiança com os usuários;
- Promover ações de mobilização e enfrentamento às situações de violação de direitos. Apesar da participação do advogado ser importante, essa não é uma função de sua responsabilidade e deve ser articulada pela gestão, coordenação e demais membros da equipe técnica do CREAS.

Considerações Legais Importantes

Legislação Específica

Conhecer a legislação que rege os serviços de assistência social, especialmente o ECA, LOAS e SUAS

Sigilo Profissional

Manter o sigilo das informações dos usuários, respeitando a privacidade e a confidencialidade.

Articulação Intersetorial

Estabelecer parcerias com outros órgãos e profissionais para garantir a integralidade do atendimento.

Ética e Valores

Atuar de acordo com os princípios éticos e os valores da instituição, visando o melhor interesse do usuário.





Diante do papel atuante do advogado na Assistência Social, este profissional deve se aprofundar na legislação da política e nos direitos socioassistenciais. Precisa, também, conhecer os órgãos de defesa de direitos, a rede socioassistencial e as habilidades necessárias para o trabalho social com famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.

Responsabilidades do Advogado do CREAS

Assessoria Jurídica

Orientar os usuários sobre seus direitos e deveres perante a lei, assessorando-os em processos judiciais e administrativos.

Representação Legal

Atuar como representante legal dos usuários, defendendo seus interesses e garantindo o acesso à justiça, mormente, **(MSE)**



O principal papel do Advogado no CREAS é a garantia e defesa da cidadania dos usuários, sendo essencial a atuação naquelas demandas de cunho legal e que necessitam de uma intervenção jurídico-social. Nesse contexto é primordial destacar que o profissional do direito não deve em hipótese alguma atuar como faria no âmbito privado, devendo abandonar o estilo contencioso de atuação, não podendo favorecer-se do contato com os usuários como forma de captação de clientela.



Obrigado(a)!

SECRETARIA EXECUTIVA DA PROTEÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

“ Ensinar não é transferir
conhecimento, mas
criar as possibilidades
para a sua produção ou
a sua construção.

Quem ensina
aprende ao ensinar
e quem aprende
ensina ao aprender.

Paulo Freire





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL